

RNV 2024

VERSÃO RESUMIDA

RELATÓRIO NACIONAL VOLUNTÁRIO



SECRETARIA-GERAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

CNODS
Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Agradecimentos

A todos os participantes do grupo de pontos focais e aos membros da Comissão Nacional para os ODS, sem os quais este relatório não teria a qualidade alcançada.

Às instituições do grupo de redação: IPEA, IBGE, Fiocruz, Ministério do Planejamento e Orçamento e Ministério das Relações Exteriores, que trabalharam com dedicação e cuidado para a construção deste relatório.

À equipe de Itaipu Binacional pelo apoio substantivo na realização deste relatório.

Ao PNUD, e toda sua equipe no Brasil, um agradecimento especial pela sólida parceria que tem viabilizado não apenas produtos de impacto como este relatório, assim como pela contribuição à implementação da Agenda 2030 no Brasil



República Federativa do Brasil

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Ministros:

Casa Civil da Presidência da República

Rui Costa dos Santos

Secretaria-Geral da Presidência da República

Márcio Costa Macêdo

Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

Alexandre Rocha Santos Padilha

Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Paulo Roberto Severo Pimenta

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Marcos Antonio Amaro dos Santos

Advocacia-Geral da União

Jorge Rodrigo Araújo Messias

Controladoria-Geral da União

Vinícius Marques de Carvalho

Ministério da Agricultura e Pecuária

Carlos Henrique Baqueta Fávoro

Ministério das Cidades

Jader Fontenelle Barbalho Filho

Ministério da Cultura

Margareth Menezes da Purificação Costa

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Luciana Barbosa de Oliveira Santos

Ministério das Comunicações

José Juscelino dos Santos Rezende Filho

Ministério da Defesa

José Múcio Monteiro Filho

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Luiz Paulo Teixeira Ferreira

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Antônio Waldez Góes da Silva

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

José Wellington Barroso de Araujo Dias

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Silvio Luiz de Almeida

Ministério da Fazenda

Fernando Haddad

Ministério da Educação

Camilo Sobreira de Santana

Ministério do Esporte

André Luiz Carvalho Ribeiro

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Esther Dweck

Ministério da Igualdade Racial

Anielle Francisco da Silva

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Enrique Ricardo Lewandowski

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima

Ministério de Minas e Energia

Alexandre Silveira de Oliveira

Ministério das Mulheres

Aparecida Gonçalves

Ministério da Pesca e Aquicultura

André Carlos Alves de Paula Filho

Ministério do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

Ministério de Portos e Aeroportos

Silvio Serafim Costa Filho

Ministério dos Povos Indígenas

Sonia Guajajara

Ministério da Previdência Social

Carlos Roberto Lupi

Ministério das Relações Exteriores

Mauro Luiz Lecker Vieira

Ministério da Saúde

Nísia Verônica Trindade Lima

Ministério do Trabalho e Emprego

Luiz Marinho

Ministério dos Transportes

José Renan Vasconcelos Calheiros Filho

Ministério do Turismo

Celso Sabino de Oliveira





Apresentação Presidencial

Em 2023 foi retomado o compromisso do Brasil com a Agenda 2030. O país está se reconstruindo após os efeitos da pandemia, do negacionismo da ciência e dos ataques ao Estado Democrático, que produziram mortes, desemprego, desinformação, inflação e o retorno da fome em um Brasil que antes era admirado pelo mundo por suas políticas inovadoras de desenvolvimento.

Com relação à Agenda 2030, da qual o Brasil foi intenso participante desde suas primeiras negociações internacionais, o período anterior também foi conturbado. O último Relatório Nacional Voluntário (RNV) data de 2017 e a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) foi extinta em 2019. Mesmo assim, a sociedade brasileira adotou os ODS como orientação estratégica para criar alternativas e resistência.

Em correção de rota, o Governo Federal reintroduziu a participação social como método de governo e recriou em 2023 a CNODS, uma comissão paritária com a participação de todos os ministérios, de governos estaduais e municipais, e de representações plurais da sociedade civil. Também reorganizou as prioridades internas para o acompanhamento e aceleração da Agenda 2030.

Neste RNV, o Brasil está comprometido com o princípio de “não deixar ninguém para trás”, que tem definido as escolhas e ações para enfrentar as profundas desigualdades históricas.

O Brasil retomou sua participação ativa em fóruns internacionais, promovendo agendas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como demonstram os temas prioritários de sua presidência no G20: combate à fome e à pobreza; as três dimensões do desenvolvimento sustentável e a transição energética; e a reforma da governança global. O grande objetivo subjacente a essas prioridades é a redução das desigualdades dentro das nações e entre elas, que o Brasil elegeu como “objetivo-síntese” da Agenda 2030.

Internamente, foram reconstruídas as condições do desenvolvimento sustentável, em seus pilares sociais, econômicos e ambientais.

Na dimensão social, o Programa Bolsa Família foi refundado e ampliado, para aumentar os efeitos das transferências de renda. O emprego, por sua vez, foi recuperado, promovendo o poder de compra popular pela queda da inflação e estimulando o crescimento da economia.

O compromisso histórico com o combate à fome, à pobreza e às desigualdades é complementado com a proposta pioneira de adoção voluntária do 18º objetivo sobre igualdade étnico-racial. O ODS 18 representa o compromisso brasileiro com o enfrentamento às desigualdades étnico-raciais enquanto ponto central para a sustentabilidade. Em linha com os ODS 5 e 10, o Brasil criou o Ministério das Mulheres e o Ministério da Igualdade Racial

e, pela primeira vez na história, passou a contar com um Ministério dos Povos Indígenas, chefiado por uma mulher indígena.

Na dimensão ambiental, as prioridades são o combate ao desmatamento e o enfrentamento das emergências climáticas. Já alcançamos uma diminuição substantiva do desmatamento na Amazônia em 2023, revertendo a tendência de aumento dos anos anteriores. Reconhecemos que os impactos dos eventos climáticos extremos são sentidos, sobretudo, pelas populações socioeconomicamente vulnerabilizadas.

O governo brasileiro tem integrado as ações de mitigação e adaptação e as contribuições nacionalmente determinadas com os ODS. Ressalta-se a realização da COP30, em 2025, na cidade amazônica de Belém, além de ações relacionadas à governança da água, cidades sustentáveis, proteção do oceano e uso de energia renovável.

Na dimensão econômica, a inovação e a sustentabilidade fundamentam a Nova Política Industrial, que tem como missão o fomento à bioeconomia, descarbonização e transição energética justa. Destaca-se, também, o Plano de Transformação Ecológica, que visa a uma transição justa e propõe intersetorialmente parce-

rias com atores estatais e não-estatais.

O Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, estruturado com participação social, apresenta indicadores e metas que permitirão avaliar e monitorar a execução do orçamento. O referido plano foi aprovado como Lei Federal para o período entre 2024 e 2027 e está conectado com as metas e indicadores da Agenda 2030. Assim, o PPA fortalece os instrumentos de monitoramento dos ODS no Brasil.

A tragédia recente das chuvas intensas, transbordamentos e alagamentos no Rio Grande Sul caracterizam-se como um evento climático extremo. Situações como esta decorrem da emergência climática e serão cada vez mais frequentes e intensas, sinalizando para a urgência de políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas

Este relatório reforça que não há desenvolvimento sustentável sem inclusão social, instituições sólidas e uma democracia plena. Os próximos anos serão de grandes desafios para o mundo e para a Agenda 2030. O Brasil reafirma seu compromisso com alcançar as metas e indicadores dos ODS, visando alcançar um futuro mais pacífico, justo, próspero e sustentável para as gerações presentes e futuras.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Duda', is centered at the bottom of the page. The signature is fluid and stylized, with a large loop at the beginning.

O BRASIL VOLTOU!



RNIV 2024

RELATÓRIO NACIONAL VOLUNTÁRIO

Sumário Executivo do RNV Brasil 2024

1. O Brasil possui um histórico de engajamento nas agendas de meio ambiente, direitos humanos e temas sociais que o credencia como um importante ator global.

Desde o primeiro encontro internacional ambiental de relevo da história, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (Estocolmo, 1972), o Brasil vem defendendo que a agenda ambiental não pode ser discutida sem também se levar em consideração aspectos econômicos e sociais.

Em 1992, o Brasil sediou, no Rio de Janeiro, a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. A Agenda 21, um dos importantes frutos da conferência, ao lado das “Convenções do Rio” (Biodiversidade, Mudança do Clima e Desertificação), abrangeu questões ambientais, econômicas e sociais, diversos atores, níveis e esferas de governo, constituindo um importante instrumento de orientação do planejamento para a promoção do desenvolvimento sustentável.

O Brasil implementou com sucesso os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, superando várias de suas metas, inovando na adaptação de metas à realidade nacional. Diversas políticas brasileiras foram reconhecidas internacionalmente como melhores práticas e replicadas em vários países do mundo. Com base nesta experiência e no engajamento de atores estatais e não-estatais nos ODM, o país desempenhou papel decisivo na negociação dos Objetivos de Desenvolvimento Sus-

tentável (ODS), iniciada na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, sediada novamente no Brasil, vinte anos depois, em 2012 (a “Rio+20”).

2. Questões como fome zero e combate às desigualdades, além das temáticas de gênero, urbanas e ambientais, possuem o DNA da participação brasileira.

A partir da Rio+20, o Brasil consolidou-se como uma das lideranças diplomáticas dos países em desenvolvimento durante as negociações da agenda pós-2015, com uma participação ativa do governo, da sociedade civil organizada e do setor privado. Estes atores atuaram em conjunto no sentido de aumentar o escopo e a ambição dos ODS em relação aos ODM.

Além de estabelecerem objetivos não apenas para países em desenvolvimento, mas também aos desenvolvidos, os ODS também inovam ao trazer para as discussões internacionais de desenvolvimento sustentável temas até então discutidos separadamente em foros especializados, como a igualdade de gênero, a desigualdade dentro e entre países, instituições eficazes e padrões sustentáveis de consumo e produção.

Neste sentido, temas como fome zero, combate às desigualdades, igualdade de gênero, cidades e comunidades sustentáveis, e aumento do escopo e transversalidade das questões ambientais, possuem o DNA da participação brasileira nas negociações.

3. O Brasil retoma uma postura ativa e ativa no cenário internacional, alinhando suas agendas internacionais aos ODS.

O Brasil construiu seu protagonismo nas agendas de meio ambiente e desenvolvimento implementando ações nacionais e se engajando nos diálogos internacionais. Apesar do intenso envolvimento no processo de negociação e definição dos ODS, o Brasil passava por um período conturbado internamente. A expectativa de liderança do país na Agenda 2030 não se concretizou. O período entre 2016 e 2022 foi marcado por avanços transitórios, como a criação da CNODS, extinta em 2019, e retrocessos na maior parte dos indicadores dos ODS.

A partir de 2023, o novo governo brasileiro se compromete com a retomada do protagonismo do Brasil no cenário internacional. O país tem promovido agendas alinhadas aos ODS, como demonstrado na escolha dos temas prioritários em sua presidência do G20: combate à fome, à pobreza e às desigualdades; as três dimensões do desenvolvimento sustentável e a transição energética; e a reforma da governança global. No mesmo sentido, o governo brasileiro tem priorizado as negociações internacionais sobre mitigação e adaptação climática e sediará em 2025 a COP 30 em Belém do Pará.

A retomada da Agenda 2030 e dos ODS representa um compromisso com o planejamento estratégico de longo prazo no país para o alcance de um desenvolvimento mais sustentável.

4. Desmantelamento: O retrocesso do Brasil no compromisso com a sustenta-

bilidade e com a justiça social, por uma escolha deliberada dos governos entre 2016 e 2022.

O Estado Democrático de Direito esteve sob ameaça em períodos recentes no Brasil. O desfecho de uma tentativa frustrada de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023 representou o último ato de um ciclo político que teve como resultado a restrição de instituições públicas na sua capacidade de atuação, a descontinuidade ou descaracterização de políticas públicas e o fechamento dos canais de participação social. Esta situação afetou a capacidade do país de promover a Agenda 2030, cujo ápice foi a extinção da Comissão Nacional para os ODS, em 2019.

Na área ambiental, o desmonte foi caracterizado pelo estímulo à exploração predatória dos recursos naturais brasileiros e pelos ataques à gestão ambiental. São exemplos deste processo: a perseguição a servidores e o esvaziamento dos órgãos públicos de fiscalização, tais como o IBAMA e o ICMBIO; o esvaziamento do CONAMA, com a redução da representação da sociedade civil de 23 para 4 cadeiras; a alteração de normas ambientais, o afrouxamento de regras de licenciamento, entre outras; a contestação infundada de dados ambientais oficiais; e a interrupção do Fundo Amazônia.

O Brasil voltou ao Mapa da Fome, em 2022, devido ao desmonte das políticas públicas voltadas à segurança alimentar, dentre elas a extinção do CONSEA, em 2019, os cortes no orçamento do PAA, passando de cerca de 630 milhões de reais, em 2015, para 327,4 milhões de reais, em 2021; o nú-

mero de cisternas entregues caiu de 149 mil, em 2014, para cerca de 30 mil, entre 2018 e 2019. Além de descontinuidades das políticas de acesso à terra, crédito para produção, assistência técnica e apoio à comercialização. Segundo o IBGE, a prevalência de insegurança alimentar moderada e grave passou de 7,8% dos domicílios particulares, em 2013, para 12,7%, em 2017-2018 e 9,4% em 2023. A cesta básica encareceu 60% entre 2019 e 2022.

Na área econômica, a regra fiscal da PEC 55/2016, conhecida como “teto de gastos”, em vez de trazer confiança e um horizonte seguro para os investimentos e o crescimento econômico, acabou limitando significativamente os investimentos do governo em áreas como saúde, educação e assistência social que, associadas à desestruturação do mercado de trabalho e à perda do poder de compra do salário mínimo levaram a uma combinação perversa de recessão econômica com aumento da pobreza e retorno da insegurança alimentar.

As reformas ultraliberais não cumpriram seus supostos objetivos de equilíbrio fiscal, geração de emprego e equilíbrio das contas públicas. O teto de gastos foi recorrentemente descumprido, sendo que a dívida pública líquida do setor público passou de 35,6%, em 2015, para 57,2%, em 2021. O PIB ficou estagnado entre 2016 e 2021. O desemprego passou de um patamar de menos de 7%, no início de 2015, para mais de 13% no auge da pandemia, o salário mínimo teve queda real de 1,7% entre janeiro 2019 e dezembro de 2022, e a informalidade cresceu chegando quase à metade da população ocupada no final de 2021.

Na área social, houve estagnação dos gastos em saúde nos patamares de 2015, em torno de 125 bilhões de reais, após um pe-

ríodo de contínuo crescimento que dobrou seu valor real entre 2003 e 2015. Já o orçamento destinado à educação decresceu a partir de 2015, após ter seu valor real triplicado entre 2003 e 2015.

A gestão da pandemia de COVID-19 foi marcada pela desinformação, principalmente em relação às vacinas, às medidas de isolamento social, o incentivo ao uso de medicamentos e tratamentos sem eficácia comprovada, como no caso da cloroquina, e o negacionismo científico. O Brasil se tornou o segundo país em número absoluto de mortes por COVID, mais de 710 mil, grande parte delas evitáveis.

Entre 2019 e 2022, não houve demarcação de Terras Indígenas, nem a criação de nenhuma nova Unidade de Conservação no Brasil. O descaso com a proteção das terras Indígenas, colaborou com o aumento do garimpo ilegal, a exploração de madeira e a invasão dos territórios indígenas, cujo exemplo é a tragédia com o povo Yanomami.

Os investimentos em segurança pública passou de 5,3 bilhões de reais, em 2011, para 2,51 bilhões de reais, em 2021, patamar mais baixo do que no início dos anos 2000. Enquanto isso, uma série de ações do governo foi adotada para flexibilizar o acesso a armas de fogo, o que resultou em um aumento de 91% no registro de armas, entre 2019 e 2020. Além de aumentar o acesso, foi feita a revogação de normativas que permitiam uma maior rastreabilidade de armas e munições.

Por fim, a política externa no período 2019-2022 enfraqueceu os elementos da ordem internacional, como o multilateralismo, o multiculturalismo e o regionalismo presentes na tradição diplomática brasileira. A

cooperação regional foi enfraquecida, tanto no Mercosul, como na Unasul e Celac. O Brasil desistiu de sediar a COP 25, em 2019, e as autoridades brasileiras colocaram em dúvida a gravidade da crise climática, na contramão da comunidade científica. Além disso, Brasil contrariou suas posições históricas ao se colocar contra a pauta de direitos humanos, dos direitos sexuais e reprodutivos, da promoção da igualdade de gênero, nos fóruns internacionais.

Neste contexto de ameaças à democracia, fragilização das instituições e retrocessos em políticas públicas essenciais para o alcance de um desenvolvimento mais sustentável, a capacidade do governo de promover a Agenda 2030 e os ODS foi enfraquecida. Nada obstante, a mudança de rumo está em curso. O processo de reconstrução desta capacidade foi retomado, em 2023, com o retorno da centralidade da participação social, da valorização das experiências de fomento aos ODS. Neste processo contamos com a resistência ao desmonte das políticas sociais realizada pela sociedade civil organizada, academia, setor privado e governos subnacionais.

5. Monitoramento dos ODS: onde estamos?

O Capítulo III do RNV Brasil 2024, “Progresso nas Metas e Objetivos”, analisa individualmente o avanço de cada um dos ODS, com especial atenção às metas identificadas como prioritárias para o Brasil no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. No período compreendido entre 2016 a 2022, que é o intervalo de tempo da disponibilidade estatística dos indicadores nacionais, o Brasil enfrentou desafios significativos e um panorama complexo para o alcance das metas estabelecidas. Destas, apenas 14 (8,3%) foram plenamente alcançadas, enquanto 35 (20,7%) apresentaram uma evolução positiva. Por outro lado, 26 metas (15,4%) não mostraram nenhum progresso, e 23 (13,6%) sofreram retrocessos. Além disso, 71 metas (42%) não puderam ser adequadamente avaliadas devido à falta de dados disponíveis ou a irregularidades e brevidade nas séries de dados coletados. A pandemia de COVID-19 teve um impacto substancial, prejudicando o avanço em 37 das 169 metas (22%). Este evento demonstrou a vulnerabilidade das estratégias de desenvolvimento frente a crises globais e reforçou a necessidade de adaptabilidade



e resiliência nas políticas públicas. Seguem abaixo os principais apontamentos por ODS, visando identificar as áreas que requerem atenção prioritária para intervenções atuais e futuras.

O ODS 1, de Erradicação da Pobreza, apontou a persistência de desigualdades entre regiões, com taxas mais altas nas regiões Norte e Nordeste, e nacionalmente nas áreas rurais nos diferentes indicadores de pobreza. Os dados desagregados apontam para uma afetação maior entre a população negra e parda. Para atender à meta 1.1, de erradicar a pobreza extrema (menos de US\$ 1,25 por dia), o Brasil deverá reduzi-la anualmente cerca de 0,4% até 2030, o que se torna uma meta factível, ainda que desafiadora. O governo está mobilizando diversas políticas para atender tais urgências, incluindo a nova fase do programa de transferência de renda Bolsa Família de 2023, com a ampliação da cobertura e dos valores transferidos. Estes valores desempenham um papel crucial na redução da pobreza e da fome com foco na proteção à primeira infância, colaborando também com as metas de saúde (ODS 3) e educação (ODS 4).

O ODS 2, de Fome Zero e Agricultura Sustentável, mostrou que 9,4% dos domicílios do Brasil estavam em insegurança alimentar moderada ou grave em 2023, uma redução de 3,3 p.p. em relação a 2017-2018, mas 1,6 p.p. acima de 2013. O PPA 2024-2027 enfatiza o enfrentamento da insegurança alimentar e da pobreza como prioridades, além do fortalecimento da agricultura familiar e do agronegócio sustentável. Destacam-se os esforços da EMBRAPA para alcance da meta 2.5, através da manutenção da diversidade genética de espécies vegetais e animais, por meio do

banco genético, o maior da América Latina e quinto maior do mundo.

O ODS 3, de saúde e bem-estar, teve uma melhora lenta nos indicadores de mortalidade, como a meta 3.1, de redução da mortalidade materna, e a meta 3.2, de mortalidade neonatal e infantil, precisando de uma aceleração de esforços. A meta 3.3 sobre a incidência de enfermidades transmissíveis oscilou, com destaque para o indicador 3.3.2 que apresentou aumento de novos casos de tuberculose nos dois últimos anos analisados. Há ainda disparidades socioeconômicas e raciais no acesso à saúde, e desafios emergentes da carga contínua de doenças crônicas não transmissíveis. Uma preocupação atual é a performance negativa relativa à meta 3.b, devido à diminuição da cobertura vacinal nos últimos anos. Desde 2023, o governo brasileiro vem implementando reformas e políticas para fortalecer o SUS, como a ampliação de Estratégia Saúde da Família, Programa Mais Médicos, Programa Nacional de imunizações, e a criação do Movimento Nacional pela Vacinação e do Programa Saúde com Ciência, que combate a desinformação sobre vacinas.

O ODS 4, de educação, traz desafios resistentes apesar da evolução positiva dos indicadores, como o atingimento das metas 4.1 e 4.2 na educação básica, e da meta 4.3 na educação profissional e tecnológica (EPT) e ensino superior. Verificam-se insuficiências no atendimento, baixa qualidade do aprendizado e necessidade de infraestrutura e professores capacitados para lidar com desigualdades sociais. O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, o Programa Pé-de-Meia, a iniciativa Mulheres Mil, a Nova Lei de Cotas, o fortalecimento da Política de Educação Inclusiva e da Es-

tratégia Nacional de Escolas Conectadas e a expansão da rede federal de ensino técnico visam assegurar acesso igualitário à educação para todos os cidadãos.

O ODS 5, de igualdade de gênero, apresenta dificuldade de acompanhamento da maioria das metas devido à falta de dados. Há também um importante recorte de raça a ser endereçado nas desigualdades encontradas. Em 2021, as mulheres negras tinham 30% mais chances do que as mulheres brancas de serem assassinadas dentro de casa, e 114% mais chances de serem assassinadas fora de casa. Ainda assim, percebe-se uma relativa estabilidade do indicador de taxa de mortalidade por homicídios em mulheres, e diminuição dos casamentos precoces. De outro lado, persistem desigualdades no trabalho doméstico não remunerado e na participação das mulheres na liderança política e empresarial. Há novas políticas de gênero sendo implementadas, como a Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, a Lei de Igualdade Salarial e a Política Nacional de Cuidados.

O ODS 6, de água potável e saneamento, mostrou melhora nos indicadores, principalmente daqueles que já apresentavam um crescimento histórico, como o indicador 6.1.1, de acesso à água segura, que passou de 95,1% em 2015 para 97,9% em 2022. Apesar disso, o acesso ainda é desigual, especialmente nas regiões Norte e Nordeste e nas áreas rurais. Por outro lado, ainda há um longo caminho para o alcance das metas prioritárias 6.2 e 6.3. Em 2022, o indicador 6.2.1a apontou apenas 62,2% da população com saneamento seguro, e o indicador 6.3.1 apenas 50,2% de tratamento do esgoto doméstico. O governo procura aprimorar a gestão integrada dos recursos hídricos, com o fortalecimento do Programa Cisternas, obras de infraestrutura hídrica, além do

controle de reservatórios.

O ODS 7, de energia limpa e acessível, destaca a performance brasileira positiva, principalmente na meta 7.1 com o acesso de 99,8% dos domicílios aos serviços de energia. Programas como o Luz para Todos têm sido fundamentais para reduzir desigualdades regionais e melhorar o acesso em comunidades isoladas, especialmente nas regiões norte e nordeste. Destaca-se também a meta 7.2 com o indicador 7.2.1, que indica 47,4% de fontes renováveis na matriz energética. O governo promove o aumento das fontes limpas via iniciativas como os Leilões de Energia Renovável, e o PPA 2024-2027 que busca garantir a segurança energética e expansão de fontes limpas.

O ODS 8, de trabalho decente e crescimento inclusivo, trouxe um desempenho abaixo da média. Houve estagnação da meta 8.1 de PIB per capita, e declínio na meta 8.2 de PIB por pessoa ocupada, além de aumento na taxa de desocupação, informalidade e queda no rendimento médio. Ainda assim, o país registrou em 2023 um crescimento real do PIB de 2,9%, acompanhado de melhorias no mercado de trabalho, redução no trabalho infantil e no número de jovens que se encontram sem estudar e sem trabalhar. No mesmo ano, houve uma nova edição do Programa Brasil Mais Produtivo, que prevê R\$ 2,037 bilhões para beneficiar 200 mil empresas. Além disso, destacam-se as ações voltadas à retomada da valorização real do salário-mínimo e à erradicação do trabalho análogo ao escravo.

O ODS 9, da Indústria, Inovação e Infraestrutura, também demonstrou um desempenho negativo na maioria dos indicadores. Destaca-se a tendência negativa dos investimentos públicos federais no período, que passou de 0,17%, em 2016, para

0,07% do PIB em 2022. Em busca de superação dos desafios industriais, o governo prioriza uma industrialização inclusiva e sustentável, além do fortalecimento dos encadeamentos produtivos, principalmente com o lançamento do “Plano de Transformação Ecológica” e o “Plano de Neointustrialização”.

O ODS 10, de Redução das Desigualdades, apontou que os esforços atuais têm se mostrado insuficientes. A meta 10.1, que se refere ao crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional, foi impactada negativamente por ações de austeridade fiscal como a promulgação da EC 95 em 2016. Entre 2016 e 2022 houve queda de quase 33% da renda dos 40% mais pobres, queda muito maior que a de qualquer outro grupo de renda. As políticas públicas têm grande impacto sobre as desigualdades sociais, e indicadores apontam persistentes desigualdades ao longo do tempo. O indicador 10.2.1 mostra que entre 2016 e 2022 a proporção de pessoas vivendo com renda domiciliar abaixo de 50% da mediana aumentou em grande parte do período (2016-2019), e apenas em 2020 e 2022 ocorreu um declínio impulsionado pelo auxílio emergencial e pelo aumento do valor do benefício, respectivamente. A revogação da EC 95 em 2023 e a implementação do novo arcabouço fiscal é uma das medidas que visam assegurar orçamento adequado para os programas de transferência de renda e proteção social, essenciais para o cumprimento das metas do ODS 10.

O ODS 11, de Cidades e Comunidades Sustentáveis, mostrou evolução positiva das metas globais relativas às políticas urbanas nacionais e à adoção de estratégias nacionais de redução de risco de desastres,

exemplo disso é apontado pelo indicador 11.b.6, de estratégias locais de redução de risco de desastres, passando de 33,8% (2017) para 47% (2020). Porém, em relação ao impacto ambiental não houve evolução, como mostra o indicador 11.6.1 de resíduos sólidos urbanos adequadamente coletados, que no período se manteve estável. Em busca de alcançar as metas, uma das ações do governo é a implementação do Novo Minha Casa, Minha Vida (MCMV), que está sendo executado desde 2023.

O ODS 12, de Consumo Responsável, não possui alcance satisfatório das metas. A necessidade de redução do uso de matérias-primas e energia e do desperdício nas fontes geradoras, reutilização direta dos produtos e reciclagem de materiais ainda se mantém inalterada, como aponta a meta 12.5.1, em que a taxa média de recuperação de resíduos sólidos recicláveis entre 2016 e 2021 foi de apenas 2%, muito aquém do esperado. Como medida para alcançar parte das metas deste ODS foi instituída a portaria nº8.678 que institui o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) pensado para ser o grande promotor do desenvolvimento nacional sustentável na administração pública.

O ODS 13, Ação contra a mudança global do clima, não apresenta bom desempenho. A nível municipal, o indicador 13.1.3, que fala sobre adoção e implementação de estratégias locais de redução de risco de desastres pelos governos, foi cumprido por apenas 47% dos municípios, em 2020. As emissões totais de gases de efeito estufa (indicador 13.2.2) aumentaram 10,75% entre 1990 e 2020 e no quinquênio 2016 e 2020, 13,73%. Como medidas para alcance das metas, o governo federal vem seguindo as recomendações e estratégias previstas no Marco de

Sendai para a redução do risco de desastres.

O ODS 14, Vida na água, vem apresentando avanços. O Brasil hoje possui uma cobertura de 26,3% de áreas marinhas protegidas em sua Zona Econômica Exclusiva - ZEE, superando em mais de 100% a meta 14.5. Tal meta foi alcançada no ano de 2018. Em relação ao indicador sobre a implementação de instrumentos de combate à pesca ilegal ou não regulamentada, prevista na meta 14.6, em 2022 o país ocupava a posição 3, entendida como o nível médio de implementação dos instrumentos previstos para o acompanhamento desse indicador. Uma ação significativa do governo sobre essa meta diz respeito à inserção do Oceano e da Zona Costeira na política climática nacional. Outras ações destaque para impulsionar o alcance das metas é o investimento no Fundo da Marinha Mercante, cujo objetivo é estimular a construção de embarcações que utilizem tecnologia e combustível sustentáveis para diminuir a poluição dos mares, fortalecer pesquisas e fomentar o uso de novas tecnologias.

O ODS 15, Vida terrestre, avançou pouco no cumprimento das metas. Em 1990 a área total de florestas brasileiras correspondia a 70,46% do território terrestre. Entre 1990 e 2015 houve uma redução, chegando a 60,29%, e, em 2020, a área florestada correspondia a 59,42%, expressando uma diminuição de 0,87%. Um ponto positivo foi a melhora da meta 15.2 de implementação da gestão sustentável, controle do desmatamento, aumento do florestamento e do reflorestamento. O governo, por meio do Ministério do Meio Ambiente, está atualizando a Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB), a fim de alinhá-las com o novo Marco Global de Kunming-Montreal de Biodiversidade (2022) que visa deter e

inverter a perda de diversidade biológica tanto terrestre como aquática.

O ODS 16, de Paz, Justiça e Instituições Eficazes, tem feito progressos. Houve redução entre 2016 e 2022 de 30,7% das taxas de homicídio intencional (indicador 16.1.1). Outro alcance positivo é a redução do indicador 16.3.2 de presos sem sentença, que passa de 34,6%, em 2016, para 24,8%, em 2022, fato atribuído à implementação de audiência de custódia em 2015. Porém, muitas medidas que impactaram na evolução das metas foram interrompidas devido ao rebaixamento institucional das agendas de gênero, raça e direitos humanos, removida dos ministérios e inseridas em pastas diversas, descontinuando as políticas e gerando retrocessos. O governo promoveu o retorno das pautas às agendas ministeriais aumentando a visibilidade, orçamentos, capacidade de articulação e execução de políticas.

O ODS 17, Parcerias e Meios de Implementação, teve o alcance de suas metas impactadas pela EC 95. Mas mesmo com certa flutuação ao longo dos anos a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas, apresentou melhora quando comparado com 2016 a 2022. O total das receitas do governo em percentagem do PIB, indicador 17.1.1, passa de 27,4% para 28,5% e a percentagem do orçamento do governo financiada por impostos cobrados internamente, indicador 17.1.2, passa de 39,7% para 45,8%. E com a revogação desta emenda e a implementação do NAF, abre-se espaço para a manutenção de alguns benefícios sociais e a retomada de algumas políticas públicas essenciais para o cumprimento das metas deste ODS.

Em síntese, a performance dos indicadores da Agenda 2030 foi severamente impactada nos últimos anos. A partir da crise política e econômica após 2015, houve cortes de financiamento de políticas sociais, aumento do desemprego e da inflação, principalmente dos preços dos alimentos, se somando aos efeitos negativos da pandemia de COVID-19. O Brasil ainda enfrenta desafios significativos, especialmente após retrocessos de gestões anteriores que fragilizaram as políticas ambientais e de combate às mudanças climáticas.

Ainda assim, o governo tem buscado superar estes desafios não apenas mediante políticas internas, como também buscando cumprir o pilar da Agenda de Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável. A cooperação técnica internacional promovida pelo Brasil tem se destacado pelo enfoque no desenvolvimento de capacidades em países parceiros, diferenciando-se da abordagem internacional tradicional de assistência técnica. As iniciativas abrangem áreas diversas como educação, agricultura e infraestrutura e incluem projetos humanitários e de intercâmbio de conhecimento. Com atividades realizadas em países da América Latina e da África, a cooperação técnica brasileira tem buscado promover o desenvolvimento sustentável, o combate às desigualdades e o fortalecimento das capacidades locais. As políticas públicas adotadas visam não apenas combater a pobreza e fome imediatas, mas abordar as disparidades sociais e econômicas que perpetuam exclusões e vulnerabilidades. Além disso, a valorização da defesa civil e a preparação para desastres naturais são áreas prioritárias que não podem prescindir da cooperação entre os governos federal, estaduais e municipais, bem como com a sociedade civil. Estas ações e demais políticas que dialogam com a implementação da Agenda 2030 serão monitoradas e

avaliadas regularmente graças à recriação do CNODS e ao alinhamento do novo PPA 2024-2027 com as metas da Agenda 2030.

6. Governança para implementação da Agenda 2030 no Brasil

A Agenda 2030 fornece um horizonte temporal que possibilita superar as visões de curto prazo tradicionais, particularmente as relacionadas aos ciclos eleitorais, sendo um importante balizador na retomada do planejamento estratégico brasileiro. Os esforços do país nesta segunda metade da implementação dos ODS serão direcionados à aceleração da implementação das metas adaptadas à realidade nacional e ao fomento à mobilização social em torno de uma visão de futuro mais justa e sustentável. O Brasil está comprometido em integrar os princípios de desenvolvimento sustentável em todas as esferas de sua governança, reconhecendo que apenas por meio de uma abordagem sistêmica e colaborativa pode-se alcançar um futuro próspero e sustentável para as gerações presentes e futuras.

As prioridades do país na aceleração da implementação da Agenda 2030, consonantes com a Constituição Federal de 1988 e o PPA 2024-2027, são: (i) Combate à fome, pobreza e desigualdades; (ii) Enfrentamento das emergências climáticas, preservação dos Biomas, transição energética e sustentabilidade da Amazônia; (iii) Fortalecimento da democracia, igualdade racial e trabalho decente.

7. Reinstalação da CNODS e ampliação da participação social

Em um esforço para fortalecer a governança da Agenda 2030, o Brasil procedeu à reconstrução da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Susten-



tável (CNODS) em 2023. Esta reformulação visa promover uma maior sinergia entre as políticas públicas e os objetivos globais, incorporando a participação de múltiplos atores, incluindo governos locais, o setor privado e a sociedade civil. A nova estrutura do CNODS enfatiza a transparência e a responsabilidade na tomada de decisões, garantindo que as estratégias de desenvolvimento sustentável sejam abrangentes e inclusivas.

8. Construção do ODS 18 - Igualdade Étnico-Racial

O Brasil introduziu uma inovação na agenda global de desenvolvimento sustentável ao propor o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 18, focado em promover a igualdade étnico-racial. O ODS 18 visa eliminar todas as formas de discriminação racial e promover a inclusão social de todas as raças e etnias dentro do país. Essa iniciativa reconhece a diversidade racial do Brasil e busca enfrentar desigualdades históricas, garantindo que políticas públicas efetivas sejam implementadas para melhorar a vida de comunidades marginalizadas e garantir a igualdade de oportu-

nidades para todos. Em 20 de dezembro de 2023, o CNODS instituiu a Câmara Temática para o Décimo Oitavo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável sobre Igualdade Étnico-Racial, através da Resolução nº 02/CNODS. As metas e indicadores do novo ODS começaram a ser construídas em 2024 a partir de um processo participativo entre diversas partes interessadas, como o governo, movimentos sociais, academia e setor privado, sendo os esforços liderados pelo Ministério da Igualdade Racial e o Ministério dos Povos Indígenas, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

9. O Plano Plurianual (PPA) como principal instrumento de planejamento para institucionalizar a Agenda 2030 no Brasil

A Agenda 2030 desafia os governos a formular, implementar e monitorar políticas públicas que integram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. O intuito dessa integração é minimizar sobreposições e fragmentação de iniciativas e coordenar a ação dos diversos setores e atores envolvidos nesse processo.

O PPA é o principal instrumento de planejamento de médio prazo nacional, sendo chave para a integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável nas políticas públicas brasileiras. O PPA 2024-2027, elaborado com ampla participação social, foi construído considerando o alinhamento com a Agenda 2030 e os ODS desde sua dimensão estratégica, passando pelos programas até as metas e os indicadores. Desta forma, será possível avaliar como as políticas públicas implementadas no país impactam o alcance dos ODS. O alinhamento com o PPA também permitirá que os ODS estejam refletidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA).

10. As organizações da sociedade civil, bem como servidores públicos engajados nas pautas socioambientais, de diferentes níveis e instâncias de governo, mantiveram o compromisso com a Agenda 2030.

O país apresentou apenas um Relatório Nacional Voluntário (RNV) em 2017 e a primeira Comissão Nacional para os ODS (CNODS) foi extinta em 2019. Apesar deste contexto desafiador, a sociedade brasileira adotou os ODS como forma de orientação estratégica, construção de alternativas e resistência, por meio de ações da sociedade civil organizada, do setor privado, dos poderes Judiciário e Legislativo e de governos subnacionais. Neste sentido, destacam-se os esforços dos órgãos produtores de informações brasileiros que, coordenados pelo IBGE, mantiveram, mesmo no período de maior turbulência política e retrocessos na implementação da Agenda 2030, os indicadores públicos por meio plataforma ODS Brasil <<https://odsbrasil.gov.br/>>.

A resiliência de atores brasileiros resultou

em um robusto e diversificado ecossistema de iniciativas relacionadas aos ODS que se encontram fragmentadas e dispersas, mas que possuem enorme potencial a ser mobilizado para a governança e alcance dos ODS no Brasil, em particular por meio da CNODS que recupera a participação social como método de governo e a representa um espaço de concertação para o alcance dos ODS.

11. O Brasil abraça a Agenda 2030 como uma referência para a formulação e implementação de políticas públicas de forma integrada nas dimensões econômica, social e ambiental, sob uma perspectiva territorial.

A renovação do compromisso do Brasil com a Agenda 2030 permitiu uma revigorada adesão aos compromissos nacionais e internacionais de proteção e preservação ambiental, refletida em políticas públicas que abordam simultaneamente as dimensões econômica, social e ambiental sob uma perspectiva territorial. O Capítulo II apresenta exemplos de políticas públicas brasileiras que integram as três dimensões do desenvolvimento sustentável, a partir da atuação intersetorial (integração horizontal), multinível (integração vertical) e participativa (integração social). Destacam-se a *Reforma Tributária*, o *Novo Programa de Aceleração do Crescimento*, a *Nova Indústria Brasil*, o *Plano de Transformação Ecológica*, e o *Programa de Aquisição de Alimentos* (PAA). No total, o PPA 2024-2027 prevê 15 programas multisetoriais, para além da coordenação de demais esforços colaborativos.

O planejamento estratégico do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 destaca o Plano de Transformação Ecológica como um importante pilar da interconexão da dimen-

são ambiental com a econômica e social. Lançado na COP 28 em 2023, este Plano visa promover uma transição para uma economia verde e resiliente, abordando diretamente as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a degradação ambiental. Ele prevê investimentos significativos em áreas como finanças sustentáveis, transição energética e adaptação às mudanças climáticas, por meio de políticas que fomentam o uso sustentável de recursos, a conservação da biodiversidade, a eficiência energética e a economia circular. Assim, além da conservação ambiental, também gera empregos sustentáveis e promove a justiça social, ilustrando uma abordagem integrada que alinha metas econômicas, sociais e ambientais.

Dimensão econômica. Para além da centralidade do *Plano de Transformação Ecológica* para promover a economia verde e empregos sustentáveis, foram implementadas reformas estruturais significativas para fortalecer a economia em alinhamento com os princípios de sustentabilidade. A *Reforma Tributária* de 2023 simplificou o sistema tributário, promovendo a justiça fiscal e permitindo um melhor direcionamento de recursos para áreas prioritárias como saúde, educação e infraestrutura. Além disso, o *Novo Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC) foi relançado com um orçamento robusto de 1,7 trilhões de reais, focando no desenvolvimento de infraestrutura sustentável e na criação de empregos, promovendo a inclusão social e econômica, enquanto suporta transições ecológicas, como a melhoria da eficiência energética e o uso de combustíveis de baixo carbono.

Há também investimentos no desenvolvimento industrial e tecnológico por meio da política *Nova Indústria Brasil*, que visa de-

envolver cadeias agroindustriais sustentáveis e um complexo industrial de saúde resiliente, abordando desde a segurança alimentar até a inovação em saúde. Estas iniciativas estão interligadas com esforços para promover uma infraestrutura sustentável e a transformação digital da indústria brasileira. A coordenação federal da integração de ações econômicas multidimensionais não apenas busca equilibrar o crescimento econômico equitativo como também desenvolver uma sustentabilidade ambiental.

Dimensão ambiental. O Brasil está passando por uma renovação em sua agenda ambiental e climática, reconhecendo-a como uma prioridade política, social e econômica, e envolvendo diversos atores, como o Estado, a sociedade civil, a academia, a mídia, as empresas e a comunidade internacional. Após um período de desca-so com o meio ambiente, o país está retomando sua posição como líder entre as nações emergentes, trabalhando em várias iniciativas para enfrentar problemas ambientais e mudanças climáticas.

Iniciativas como a revitalização do *Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal* e do *Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Bioma Cerrado*, a revisão do *Plano Clima*, bem como o fortalecimento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), demonstram um compromisso renovado com a proteção ambiental. O país também enfrenta pressões para cumprir seus compromissos internacionais, especialmente em relação à UNFCCC, já que o Brasil sediará a COP 30 em 2025. Também destaca-se a retomada da *Política Nacional*

de *Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas* (PNGATI) dado o papel na conservação ambiental desempenhado pelas Terras Indígenas.

Dimensão Social. O Brasil enfrenta desafios históricos e estruturais relacionados à desigualdade social e à insegurança alimentar. A trajetória de saída do Mapa da Fome da ONU, em 2008, com a implementação de políticas progressistas e distributivas, e o posterior retorno ao Mapa, durante os anos de retrocesso em políticas sociais e participação popular, refletem a complexidade dos desafios, agravados por fatores estruturais, sociais, políticos, raciais, de gênero e sexualidade, e pela pandemia de COVID-19. Lidar com as desigualdades e a insegurança alimentar de maneira definitiva é fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável e equitativo. Para isto, o governo brasileiro implementa programas de referência internacional voltados para a transferência de renda, apoio direto às escolas e estratégias de combate à fome.

A reconstrução de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, como o *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar* (PRONAF) e o *Programa de Aquisição de Alimentos* (PAA), fortalecem a agricultura familiar e a segurança alimentar, promovendo práticas de produção sustentável. O PAA conecta pequenos produtores a mercados locais, reduzindo desperdícios e melhorando a nutrição, evidenciando uma operacionalização eficaz das dimensões econômica e social, com um impacto direto na sustentabilidade ambiental. As medidas de ampliação de programas de transferência de renda também refletem o compromisso em promover a inclusão social. O *Programa Bolsa Família do Brasil*, pioneiro e símbolo da efetividade de po-

líticas de transferência de renda, combina critérios transparentes de elegibilidade e baixos custos administrativos, com condicionalidades que contribuem para melhoria da qualidade de vida da população no longo prazo, especialmente para públicos historicamente vulnerabilizados. Em 2023, o Programa expandiu a cobertura e os valores das transferências, priorizando a proteção à primeira infância como estratégia essencial.

A participação social também tem sido um foco importante tanto de inclusão social quanto de governança para a integração das dimensões. Houve a construção do “PPA Participativo”, promovendo interlocução com a sociedade por meio de plenárias em todas as 27 Unidades da Federação, com mais de 34 mil participantes e 309 movimentos e organizações da sociedade. Além disso, o Brasil tem revitalizado conselhos e comissões em temas como direitos humanos, segurança alimentar e meio ambiente, fortalecendo a governança democrática e a transparência. Neste sentido, destaca-se também a retomada das conferências nacionais como espaço de concertação e participação social. Em termos de Segurança Pública e Justiça, o Brasil tem implementado políticas integradas de segurança pública para reduzir a violência e promover uma cultura de paz, como a *Política de Controle de Acesso às Armas* e o *Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania*, que integra justiça e desenvolvimento social.

12. O Brasil está comprometido com o princípio de “Não deixar ninguém para trás” da Agenda 2030.

As marcas multidimensionais das desigualdades, enraizadas na sociedade brasileira, e as interseccionalidades das vul-

nerabilidades envolvem especificidades regionais e históricas. Populações negras, indígenas, ciganas e de comunidades tradicionais enfrentam diversas barreiras para ter acesso a direitos e oportunidades comparáveis aos demais grupos. Nesse sentido, a seção 3.3 apresenta as iniciativas brasileiras para identificar os grupos deixados para trás, e alcançá-los por meio da integração de políticas públicas transversais e multisetoriais, e assim investir no cumprimento do princípio da Agenda 2030 de “não deixar ninguém para trás”.

Para que essas populações saiam da invisibilidade é necessário que tenhamos acesso a dados socioeconômicos do país de forma desagregada. A plataforma ODS Brasil, fruto da parceria do IBGE com outras instituições apresenta acesso a 129 indicadores, dentre os quais, 53 podem ser desagregados por Unidades da Federação, 48 por Grandes Regiões, 8 por situação de domicílio (urbano/rural), 29 por sexo, 23 por idade, 10 por cor e raça, 3 por existência de deficiência e 24 por outras desagregações. Nesse mesmo contexto, no censo de 2022 foram incluídos campos para a identificação de quilombolas e de povos indígenas. Além disso, as Pesquisas de Informações Básicas Municipais (MUNIC) e estaduais (ESTADIC) regularmente abordam questões relacionadas aos direitos humanos e políticas direcionadas para grupos vulneráveis, como a população idosa, povos e comunidades tradicionais, população LGBTQIAPN+ e ciganos. Outra importante fonte de dados para inclusão social é o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Esse cadastro, com informações de quase 100 milhões de pessoas, objetiva integrar as políticas sociais não universais e cobrir a maioria da população de baixa renda do país.

Sobre a implementação de políticas de transferência de renda, o *Programa Bolsa Família* (PBF), criado em 2003 e expandido em 2023, é um programa multissetorial para redução da pobreza e da desigualdade social, que atende famílias classificadas como pobres ou extremamente pobres, considerando as diversas dimensões de sua situação econômica. A segurança alimentar e nutricional também é uma área prioritária que envolve políticas transversais de desenvolvimento. Em agosto de 2023 foi lançado o Brasil sem Fome, com três eixos de ação: acesso à renda, redução da pobreza e promoção da cidadania; segurança alimentar e nutricional: alimentação adequada da produção ao consumo e mobilização para o combate à fome. Em 2023, criou-se também o Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar que tem fomentado ações para a produção de alimentos saudáveis e com impactos na redução das desigualdades no campo e nas cidades. A ampliação do valor do Fomento Rural beneficiou mais de 300 mil famílias até dezembro de 2023, sendo a maioria nas regiões Nordeste e Norte. Este Programa combina o acompanhamento social e produtivo com a transferência direta do valor de R\$4,6 mil, para que as famílias rurais mais pobres desenvolvam seus projetos produtivos. Entre janeiro e dezembro de 2023, 50,6 mil famílias foram incorporadas ao *Programa Nacional de Reforma Agrária* (PNRA). Ainda, o *Projeto Sertão Vivo*, iniciativa voltada para o fortalecimento da agricultura familiar e combate à pobreza, conta com um investimento de R\$1,75 bilhão para beneficiar 430 mil famílias no Nordeste.

Outro importante eixo para o desenvolvimento territorial é o acesso equitativo à água e a energia. Em 2023, o *Programa Luz*



Para Todos beneficiou mais de 64.5 mil famílias com investimentos de R\$1,4 bilhão. Para 2024, a meta do programa é atender 75 mil unidades consumidoras com o serviço público de distribuição de energia elétrica, com investimentos previstos de R\$2,5 bilhões, beneficiando mais de 300 mil pessoas em áreas rurais e regiões remotas da Amazônia Legal.

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) desempenha um papel crucial na promoção da saúde e bem-estar de maneira equânime, com destaque para intervenções que visam reduzir as vulnerabilidades, tais como o *Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça, Etnia e Valorização das Trabalhadoras*, a *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM)*, *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PnSiPn)* e a *Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência*. O *Programa Saúde com Ciência* busca promover a vacinação e combater a desinformação, destacando a importância da ciência e da saúde pública para o bem-estar da população. Uma mobilização nacional está em curso para fortalecer o *Programa Nacional de Imunização (PNI)*, garantindo uma ampla e eficaz vacinação

contra doenças infecciosas, enquanto enfrenta ativamente a desinformação.

A desigualdade no acesso à educação é um desafio no contexto brasileiro, sendo necessário esforços localizados e estruturais. O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada busca elevar a qualidade da educação básica, enquanto a iniciativa Mulheres Mil e a nova Lei de Cotas reforçam o compromisso com a equidade de gênero e a inclusão social, respectivamente. O fortalecimento da Política de Educação Inclusiva e a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas visam assegurar acesso igualitário à educação para todos os cidadãos. Além disso, um significativo reajuste nas bolsas de estudo oferecidas pela Capes e CNPQ, promoveu incentivo mais justo e competitivo para os pesquisadores brasileiros.

Em 2023, a criação do *Pacto Nacional de Prevenção aos Femicídios* teve como objetivo prevenir todas as formas de discriminações, misoginia e violências contra as mulheres, por meio de políticas governamentais, somadas a ações de mobilização e engajamento da sociedade. Vale ressaltar ainda, que desde 2019, o Supremo Tribunal Federal criminaliza a homofobia e

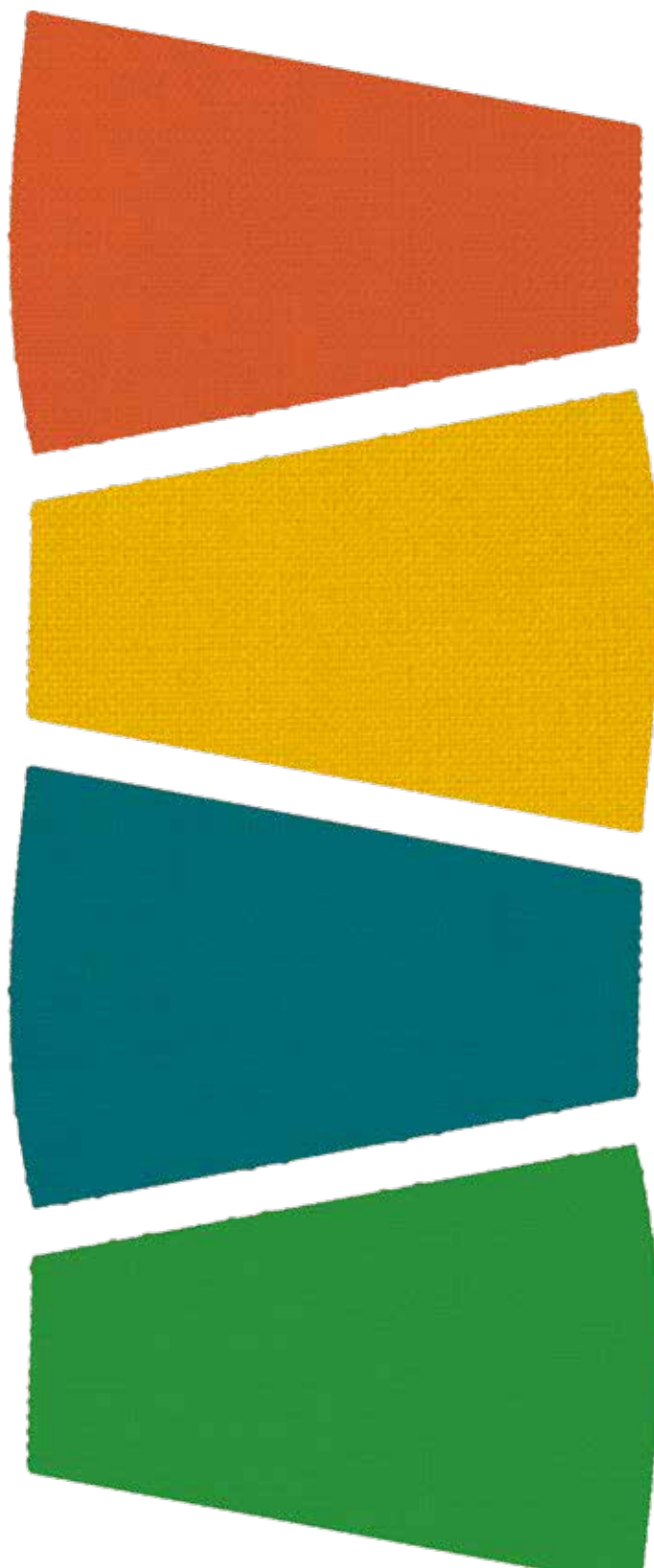
transfobia com aplicação por analogia à Lei do Racismo. Ainda, em consonância com o compromisso de reduzir as desigualdades étnicas e raciais no país, há hoje um conjunto amplo de políticas de inclusão e equidade racial, potencializados pela criação do Ministério da Igualdade Racial e do Ministério dos Povos Indígenas, e pela sanção da Lei 14.532, que tipifica a injúria racial como crime de racismo.

As múltiplas iniciativas e políticas atuais evidenciam o compromisso do Brasil com a redução de desigualdades e a inclusão social alinhado aos ODS. Com a implementação de políticas transversais e a expansão de programas direcionados, o país avança na agenda de não deixar ninguém para trás.

13. Visão de futuro

O Brasil está comprometido em integrar os princípios de desenvolvimento sustentável em todas as esferas de sua governança, reconhecendo que apenas por meio de uma abordagem sistêmica e colaborativa pode-se alcançar um futuro próspero e sustentável para as gerações presentes e futuras. A partir das prioridades do país na aceleração da implementação da Agenda 2030, relacionadas ao combate à fome, pobreza e desigualdades; ao enfrentamento das emergências climáticas, preservação dos Biomas, transição energética e sustentabilidade da Amazônia; e à defesa da democracia, igualdade racial e trabalho decente; o planejamento da CNODS, para orientar as ações dos diversos atores e instituições para o alcance das ambiciosas metas da Agenda 2030, terá como focos principais: (i) fortalecimento da governança doméstica da Agenda 2030; (ii) adequação das metas e indicadores à realidade

de brasileira e realizar o monitoramento dos ODS; (iii) territorialização dos ODS a partir da promoção da Agenda 2030 e fortalecimento das iniciativas subnacionais e da sociedade civil; (iv) alocação de recursos diversos para o financiamento da Agenda 2030.



Ações Governamentais Alinhadas aos ODS



PROTEÇÃO SOCIAL E COMBATE À FOME

Programa Bolsa Família
Correção e qualificação do Cadastro Único
Recomposição do orçamento do SUAS
Programa Cozinha Solidária
Plano Brasil Sem Fome
Programa Mais Alimentos
Pensão para órfãos de vítimas de feminicídio
Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Análogo ao de Escravo
Lista Suja do Trabalho Escravo
Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte
Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas
Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas de Morte
Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR)
Programa Acredita
Cataforte
Procatadores
Conexão Cidadã



SAÚDE E BEM-ESTAR

Programa Mais Médicos
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM)
Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PnSiPn)
Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência
Regulamentação das profissões de Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias
Regulamentação do Piso da Enfermagem
Regulamentação da Profissão de Sanitarista
Brasil Sorridente
Farmácia Popular
Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde
Programa Nacional de Redução das Filas
Programa Dignidade Menstrual
Regulamentação da Profissão de Sanitarista
Política Nacional de Conscientização e Incentivo à Doação de Órgãos e Tecidos
Ampliação da Assistência Psicológica à Mulher na Gravidez, Pré-Natal e Puerpério
Programa Saúde com Ciência
Programa para o Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (PROCIS)
Programa Nacional de Imunização (PNI)
Consultórios na Rua



EDUCAÇÃO

Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo
Programa Pé de Meia
Ampliação das Universidades e Institutos Federais
Escola em Tempo Integral
Reajuste de Bolsas de Estudo (Capes e CNPQ)
Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica, Profissionalizante e à Saúde
Compromisso Nacional Criança Alfabetizada
Reajuste do valor per capita transferido pelo PNAE Mulheres Mil
Nova Lei de Cotas
Fortalecimento da Política de Educação Inclusiva
Estratégia Nacional de Escolas Conectadas
Condições Favoráveis para Amortização de Contratos do FIES
Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE
Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco
Programa Esperança Garcia



ESPORTE, CULTURA E INCLUSÃO DIGITAL

Licença Maternidade no Bolsa Atleta
 Programa Skate por Lazer
 Estratégia Nacional do Futebol Feminino
 Programa Esporte e Lazer na Cidade
 Programa Segundo Tempo
 Programa Paradesporto Brasil em Rede
 Lei Paulo Gustavo
 Política Nacional Aldir Blanc
 Programa Funarte Retomada
 Retorno ao Programa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa Audiovisual
 Reorganização e simplificação das regras de fomento à cultura
 Política Nacional Cultura Viva
 Fomento à Cultura Hip-Hop
 Política de Escola Conectada
 Programa Computadores para Inclusão
 Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações
 Programa de Acesso à Internet para Todos



INFRAESTRUTURA

Programa Novo PAC
 Programa Minha Casa Minha Vida
 Programa Luz Para Todos
 Programa Cisternas
 Tarifa Social de Energia Elétrica



SEGURANÇA

Política de Controle de Acesso às Armas e de Desarmamento da População
 Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Novo Pronasci
 Enfrentamento à Violência nas Escolas
 Programa Aeroportos + Seguros
 Programa de Enfrentamento às Organizações Criminosas
 Combate ao Crime Organizado: ampliação da atuação em fronteiras, portos e aeroportos
 Programa AMAS – Amazônia, Segurança e Soberania
 Estratégia Nacional para População Negra e Periférica na Política de Drogas



SEGURANÇA ALIMENTAR E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
 Programa Mais Alimentos
 Ampliação do valor do Fomento Rural
 Reajuste nos valores do Crédito de Instalação do Programa Nacional de Reforma Agrária
 Programa Selo Biocombustível Social da agricultura familiar
 Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
 Programa Povos da Pesca Artesanal
 Adoção de critérios ambientais para a concessão de Crédito Rural (Plano Safra)
 Nova Linha de Crédito para jovens no Programa Nacional de Crédito Fundiário e no Crédito de Instalação
 Nova Linha de Crédito para custeio de produtos da sociobiodiversidade no PRONAF
 Programa de Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais
 RenovAgro
 Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana
 Programa Quintais Produtivos das Mulheres Rurais
 Programa Cidadania e Bem Viver para Mulheres Rurais
 Projeto Sertão Vivo



MUDANÇAS CLIMÁTICAS E MEIO AMBIENTE

Plano Clima
 Plano de Transformação Ecológica
 Programa Ciência no Mar
 Fechamento Humanizado de Lixões
 Lei de Incentivo à Reciclagem
 Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais
 Plano Decenal Ciência Antártica 2023/2032
 Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono
 Fundo de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas
 Pacto Interfederativo pela Prevenção e o Controle de Incêndios
 Relançamento do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)
 Retomada do Fundo Amazônia e do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)
 Plano Amazônia: Segurança e Soberania
 Criação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário da Amazônia - Plano Amazônia + Sustentável
 Projeto Integrado para a Produção e Manejo Sustentável do Bioma Amazônia (PIAmz)
 Programa Sanear Amazônia
 Programa Energias da Amazônia
 Amazônia na Escola: Comida Saudável e Sustentável



EQUIDADE DE GÊNERO

Lei de Igualdade Salarial
 Auxílio-Aluguel para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica
 Casas da Mulher Brasileira
 Centros de Referência da Mulher
 Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual
 Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA)
 Programa Nacional de Cidadania e Bem Viver para Mulheres Rurais
 Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça, Etnia e Valorização das Trabalhadoras
 Retomada do Mulher Viver sem Violência
 Patrulhas Maria da Penha
 Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios
 Ampliação da assistência psicológica à mulher nos períodos da gravidez, do pré-natal e do puerpério



EQUIDADE DE RAÇA

Estatuto da Igualdade Racial
 Lei nº 14.532 de Tipificação da Injúria Racial como Crime de Racismo
 Programa Abdias Nascimento
 Programa Aquilomba Brasil
 Atlânticas – Programa de Bolsa de Doutorado e Pós-Doutorado para Mulheres Negras, Indígenas, Quilombolas e Ciganas
 Conselho de Defesa da Pessoa Humana
 Criação do Observatório da Democracia
 Plano Juventude Negra Viva
 Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR)
 Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGATI)
 Programa de Defesa da População Negra e Periférica
 Cotas para Negras e Negros em Cargos em Comissão no Executivo Federal



DIREITOS E IGUALDADE

Novo Viver Sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
 Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco
 Programa Envelhecer nos Territórios
 Programa Esperança Garcia
 Programa Nacional de Direitos Humanos
 Programa Nacional de Fortalecimento das Casas de Acolhimento LGBTQIA+
 Programa Viva Mais Cidadania
 Concessão de Auxílio-Aluguel para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica
 Cotas em Contratações Públicas para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica
 Implementação do Sistema de Monitoramento de Recomendações em Direitos Humanos (SIMORE)
 Operação Yanomami
 Retomada da Demarcação de Terras Quilombolas



TRABALHO E RENDA

Política de Valorização do Salário-Mínimo
Correção da Tabela do IRPF
Reajuste dos Servidores e Reinstalação da Mesa Nacional de Negociação
Retomada dos Concursos para Servidores Federais
Criação do Concurso Nacional Unificado (CNU)
Implementação de Cotas Sociais e para Negros em Cargos de Comissão no Executivo Federal
Programa de Política do Marco de Garantias



ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

Programa Economia Popular e Solidária Sustentáveis
Novo Arcabouço Fiscal
Desenrola – renegociação de dívidas
Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal – Litígio Zero
Reforma Tributária – imposto sobre consumo
Nova Política de Preços da Petrobras
Estímulos à indústria automotiva com desconto para aquisição de veículos
Nova Política Industrial
Retomada do PADIS (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores)
Programa Pró-Catadores
Recomposição do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia (FNDCT)
Programa Hackers do Bem
Marco de Garantias
Brasil Mais Produtivo
Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação - PRO REG
Programa Voa Brasil
Programa de Mobilidade Verde e Inovação



GESTÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Reinstalação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNOODS)
Plano Plurianual (PPA) participativo
Diálogos Amazônicos
Cúpula Social do Mercosul
G20 Social
Plataforma Brasil Participativo
Recriação/Reestruturação de Conselhos e Comissões (ex: CNAPO, CIISC, CONFOCO, Conselho Econômico e Social, Conselho da Federação)
Retomada das Conferências Nacionais (Saúde, Assistência Social, Saúde Mental, Segurança Alimentar e Nutricional, Juventude)
Fórum Interconselhos
Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal





Visão de Futuro e Próximos Passos

O Brasil reafirma seu compromisso com a Agenda 2030, a participação social e o multilateralismo como melhores caminhos para fazer frente aos desafios globais contemporâneos. Tendo como guia e propósito o princípio de “*não deixar ninguém para trás*”, especialmente em um contexto de profundas desigualdades, marcado pelos retrocessos vividos no país entre 2016 e 2022, o governo brasileiro tem atuado de maneira ativa, desde 2023, na implementação de um desenvolvimento mais sustentável, diverso, inclusivo e equitativo.

Superando os desafiantes períodos de turbulência política, pandemia e retrocessos na atuação internacional e na implementação dos ODS, o país iniciou em 2023 um processo de retomada do protagonismo no cenário internacional, principalmente em agendas de justiça ambiental e climática, combate às desigualdades, à fome e à pobreza.

O caminho para a retomada do país frente a Agenda 2030 e os ODS está expresso na Constituição Federal de 1988, principalmente em seus objetivos fundamentais, em que os valores da justiça social e de um desenvolvimento mais sustentável, inclusivo e equitativo estão expressos. Em consonância com a Carta Magna, e visando ao desenvolvimento sustentável, o PPA 2024-2027 aponta a construção de “um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades.”

Este Relatório Nacional Voluntário retrata os processos de auge, declínio e retomada do

país na agenda internacional do desenvolvimento sustentável e neste capítulo são apresentadas as principais realizações, achados e os desafios encontrados no processo de revisão da implementação da Agenda 2030 no país e os próximos passos para a aceleração para o alcance dos ODS no Brasil.

O Brasil, em seu compromisso contínuo com a Agenda 2030, está avançando de forma proativa e sistemática na promoção de políticas e iniciativas que garantam um desenvolvimento sustentável inclusivo e equitativo. A reestruturação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) e a construção propositiva do ODS 18, que aborda a igualdade étnico-racial, são exemplos da determinação do país em enfrentar as desigualdades profundas e garantir que nenhuma comunidade seja deixada para trás. Este esforço é acompanhado pela elaboração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que promoverá uma política abrangente de adaptação e mitigação, envolvendo todos os níveis de governo e segmentos da sociedade.

Além disso, o Brasil está fortalecendo a integração da Agenda 2030 em sua governança através do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, que espelha a visão de um país justo e sustentável. A implementação deste plano é um passo crucial para a realização dos ODS, alinhando ações federais, estaduais e municipais com os objetivos globais. Este alinhamento é essencial para assegurar que as políticas públicas não apenas respondam às necessidades imediatas, mas também contribuam para soluções duradouras que abordem as causas fundamentais da pobreza, da desigualdade e da degradação ambiental.

Por fim, a participação ativa do Brasil no cenário internacional, como demonstrado pela sua liderança em conferências globais e pela implementação de políticas internas que refletem compromissos globais, reafirma seu papel como um parceiro essencial na busca por soluções sustentáveis e justas. O engajamento contínuo em diálogos multilaterais e o reforço das capacidades institucionais para o cumprimento dos ODS são prioritários. Estes esforços são complementados por iniciativas que promovem a inclusão social, a diversidade cultural e a equidade econômica, configurando-se como pilares de um futuro resiliente e sustentável para todas as camadas da sociedade brasileira.

5.1. Principais realizações

5.1.1. Na implementação da Agenda 2030 e dos ODS no Brasil

Reconstrução de espaços de participação social: Após um período de desconstrução dos espaços de participação social, o governo brasileiro reestabeleceu em 2023, os principais fóruns e conselhos, tomando a participação social como método e princípio para governar. No escopo da Agenda 2030, destaca-se a recriação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) em 2023. A CNODS atua como um colegiado consultivo, composto por representantes ministeriais, de governos locais e da sociedade civil, com o objetivo de coordenar e articular ações em todos os níveis da federação para a implementação dos ODS. Esse esforço inclui a instituição de várias subcomissões para abordar temas específicos como igualdade étnico-racial e povos e comunidades tradicionais.

Integração e Participação Social no PPA: O Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 foi ela-

borado com uma abordagem participativa, envolvendo mais de 34 mil pessoas em plenárias regionais e com contribuições de 309 movimentos e organizações da sociedade civil. Este plano integrador buscou alinhar políticas públicas nacionais, estaduais e municipais com os ODS, promovendo a coordenação entre diversos envolvidos e garantindo que as metas globais sejam adaptadas às especificidades locais.

Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): Lançado em 2023, este programa prevê um investimento de R\$ 1,7 trilhão em infraestrutura. O Novo PAC é organizado em nove eixos e inclui medidas para transição ecológica, expansão do crédito e incentivos econômicos, visando a segurança energética, o acesso à água, saneamento básico, mobilidade urbana e urbanização. Este programa promete contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável no Brasil.

Nova Indústria Brasil: A Política Industrial do Brasil foi reformulada para promover a sustentabilidade, equidade de gênero, trabalho decente e inclusão socioeconômica. O foco está em cadeias agroindustriais sustentáveis, transformação digital e a criação de um complexo econômico-industrial da saúde. Iniciativas como o *Programa de Mobilidade Verde* incentivam investimentos em descarbonização e a inovação tecnológica na indústria.

Mitigação e Adaptação Climática: No âmbito nacional, a agenda de enfrentamento à mudança do clima desde 2023 está trabalhando em colaboração com as políticas de desenvolvimento econômico, social e ambiental para o Brasil. Houve a reformulação do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM); está em curso a elaboração do Plano Clima; a redução do desmata-

mento na Floresta Amazônica e no Cerrado; e a disponibilização de recursos pelo Fundo Clima além de fortalecer instituições como o IBAMA. A política Pública de Proteção e Defesa Civil está sendo fortalecida para prevenir desastres naturais.

Plano de Transformação Ecológica: O Plano de Transformação Ecológica, lançado em 2023, promove a transformação estrutural, em termos produtivos, financeiros, tecnológicos e culturais para uma economia sustentável, redirecionando investimentos de finanças sustentáveis para a transição energética, bioeconomia e uso sustentável dos solos, adensamento tecnológico, economia circular e nova infraestrutura de adaptação,

Conservação Marinha e Sociobiodiversidade Costeira: Políticas como a criação do *BNDES Azul* e o *Programa BNDES Corais* estão direcionadas à conservação dos oceanos e à utilização sustentável dos recursos marinhos. O Brasil está investindo na preservação de recifes de coral e manguezais, enquanto avança no Planejamento Espacial Marinho para organizar o uso do espaço marinho sustentável. A criação do grupo *Oceans20* durante a presidência brasileira no G20 reforça o compromisso global com a preservação dos oceanos.

Fomento ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): O PAA fortalece a agricultura familiar e promove segurança alimentar ao adquirir alimentos diretamente de produtores familiares e doá-los às populações vulneráveis. Este programa contribui para a erradicação da pobreza, agricultura sustentável e redução das desigualdades, ao mesmo tempo que dinamiza economias rurais e combate desperdício de alimentos. Também foi lançado o PAA sementes, que leva as sementes aos produtores, especial-

mente indígenas e quilombolas.

Defesa e fortalecimento da Democracia: Campanhas contra desinformação e notícias falsas são um esforço do governo para promover a integridade da informação. Políticas para controle de armas e desarmamento da população, e o *Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania* (Pronasci) estão em vigor para reduzir a violência armada e fortalecer a cultura da paz. A inclusão da população negra nas políticas de segurança e desenvolvimento social também é priorizada.

Incentivo à Cultura: Políticas como a Lei Paulo Gustavo e a Política Nacional Aldir Blanc apoiam a indústria cultural e garantem suporte contínuo para artistas e instituições culturais. A promoção da autonomia de coletivos e redes culturais por meio da Política Nacional Cultura Viva, assim como a valorização da cultura Hip-Hop e intercâmbios internacionais, reforçam a diversidade cultural e a inclusão social.

Trabalho Decente e Dignidade: A valorização do salário mínimo, combate ao trabalho análogo à escravidão, reajuste dos servidores públicos e programas de renegociação de dívidas são algumas das ações do governo para promover trabalho decente e reduzir desigualdades. Políticas direcionadas a setores específicos como cibersegurança, turismo interno e reciclagem contribuem ainda mais para um desenvolvimento sustentável abrangente.

5.1.2. No enfrentamento de desafios históricos e estruturais:

Desigualdades de Renda e Pobreza: O Brasil enfrentou oscilações na desigualdade de renda na última década, com o Índice de Gini alterando-se devido, em grande parte, às políticas de transferência de renda

implementadas durante a pandemia de COVID-19. Em 2022, o índice caiu para 0,518, o menor valor da série. No entanto, a concentração de renda permanece um desafio, com os 10% mais ricos ganhando 32,5 vezes o salário dos 50% mais pobres. A população em situação de rua quase dobrou entre 2018 e 2023, evidenciando a necessidade de políticas mais efetivas.

Desigualdades Raciais e Étnicas: Desigualdades por cor, raça e etnia continuam a ser uma barreira significativa no Brasil. Os negros representam 55,5% da população, mas têm rendimentos e acesso a oportunidades muito inferiores aos brancos. A informalidade é maior entre negros e pardos, e a taxa de escolaridade superior também é desproporcionalmente mais baixa, refletindo desafios no acesso a educação e emprego de qualidade. As populações indígenas e quilombolas enfrentam ainda mais dificuldades, frequentemente vivendo em situações de extrema pobreza e com pouco acesso a políticas de proteção social.

Desigualdades Territoriais: As disparidades regionais estão fortemente presentes, com o PIB per capita no Nordeste sendo apenas 53% da média nacional. Acesso desigual a infraestrutura e serviços públicos, como energia elétrica, saúde e educação, agrava ainda mais a situação. A taxa de analfabetismo e mortalidade neonatal são mais elevadas nas regiões Norte e Nordeste, onde os índices de segurança alimentar também são mais baixos.

Mapeamento de Desigualdades: O Brasil tem investido em melhorar suas estatísticas e registros administrativos para monitorar e enfrentar desigualdades com precisão. A plataforma ODS Brasil e inovações na coleta de dados, como a inclusão de quilombolas e indígenas nos censos de 2022,aju-

dam a mapear vulnerabilidades. O *Cadastro Único para Programas Sociais* (CadÚnico) é crucial, abrangendo informações sobre 43,8 milhões de famílias.

Ações de Combate à Pobreza e Promoção dos Direitos Humanos: Programas como o *Bolsa Família*, que priorizam mulheres como beneficiárias, não apenas reduzem a pobreza mas também promovem a igualdade de gênero. A Política Nacional para a População em Situação de Rua foca no atendimento humanizado e à criação de infraestruturas específicas como Centros POP e Consultórios na Rua para prover alimentação, higiene e acesso a direitos básicos. Outro destaque é o *Programa de Reforma Agrária*, reativado em 2023, centrado em redistribuição de terras e suporte à agricultura familiar.

Segurança Alimentar e Nutricional: O Plano Brasil Sem Fome, lançado em 2023, integrou ações de 24 ministérios para enfrentar a fome e a insegurança alimentar, com resultados já perceptíveis na redução da insegurança alimentar grave. Políticas agrícolas como o *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar* (Pronaf) e o apoio a práticas sustentáveis na agropecuária (Plano ABC+) ajudam a garantir a segurança alimentar e a sustentabilidade.

Acesso à Saúde e Bem-Estar: O Sistema Único de Saúde (SUS) é fundamental na promoção da saúde e bem-estar no Brasil. Programas como *Mais Médicos*, *Brasil Sorridente*, e a expansão da *Farmácia Popular* aumentam o alcance dos serviços de saúde. Medidas recentes incluem a valorização dos profissionais de saúde e a mobilização nacional para fortalecer a imunização, enfrentando também a desinformação sobre vacinas.

Educação: A desigualdade no acesso à edu-

cação, especialmente no ensino superior, permanece um desafio. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceu metas ambiciosas, mas poucas foram plenamente alcançadas. Iniciativas como o *Escola em Tempo Integral* e o reajuste das bolsas de Capes e CNPQ buscam transformar o ambiente educacional, com destaque para políticas de inclusão digital e apoio à educação básica de qualidade.

Igualdade de Gênero e Raça: A criação do Ministério da Igualdade Racial, do Ministério das Mulheres, do Ministério dos Povos Indígenas em 2023, e a promulgação de legislações específicas como a lei de Igualdade Salarial entre homens e mulheres, evidencia o compromisso do Brasil com a promoção da equidade. Programas como o Plano Juventude Negra Viva, bem como a tipificação da injúria racial como crime de racismo, fortalecem as ações afirmativas e a proteção de grupos vulneráveis.

Desafios na Implementação: Apesar dos avanços, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos na implementação efetiva de suas políticas de desenvolvimento sustentável. A disparidade regional, a necessidade de dados desagregados mais completos e atualizados, e a garantia de inclusão das populações vulneráveis permanecem questões centrais. Além disso, coordenar a execução das políticas em todos os níveis federativos e garantir orçamento adequado são obstáculos contínuos no caminho para “não deixar ninguém para trás”.

5.2. Próximos Passos: rumo a uma Agenda pós-2030

1. Potencializar a integração de iniciativas através da mobilização e ampliação da governança participativa dos ODS através da CNODS: Existe no país um ecossistema robusto e

diversificado de iniciativas relacionadas aos ODS, que atualmente se encontram fragmentadas e dispersas entre diversas partes interessadas e todos os níveis de governo. Este cenário apresenta uma oportunidade de mobilização e integração dos esforços para melhorar a governança e o alcance dos ODS no Brasil. O governo se compromete com a expansão da estratégia de retomada da participação social enquanto método de governança para ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social.

A partir de 2023, a CNODS torna-se o principal pilar de deliberação participativa e governança dos ODS no Brasil. No planejamento da CNODS para os próximos anos estão previstas ações para acelerar a implementação dos ODS no Brasil, em todos os níveis e com intensa participação social, de forma integrada, considerando as prioridades do país: (i) Combate à fome, pobreza e desigualdades; (ii) Enfrentamento das emergências climáticas, preservação dos Biomas, transição energética e sustentabilidade da Amazônia; (iii) Defesa e fortalecimento da democracia, igualdade racial e trabalho decente. Para tanto, foram definidas ações para:

- Retomar e fortalecer a Governança da Agenda 2030, contendo atividades como: a recriação da CNODS, com ampla participação, tanto de atores estatais, como de não-estatais; e o alinhamento/institucionalização dos ODS nas legislações, no planejamento e na produção de políticas públicas nacionais e subnacionais.
- Monitorar a Agenda 2030, a partir de ações como: a elaboração e apresentação do Relatório Nacional Voluntário em 2024, a partir de um processo de ampla participação; a adequação das metas e indicadores

globais à realidade nacional, considerando especificidades regionais e locais e interseccionalidades; e a criação do Observatório Nacional dos ODS, plataforma de boas práticas e articulação entre ações em andamento.

- Territorializar os ODS, com base no fortalecimento das iniciativas estaduais e municipais, incluindo o compromisso com a Agenda 2030 nos debates sobre as eleições municipais de 2024; o fortalecimento e incentivo das redes de movimentos sociais nos territórios; realizar ações de territorialização em consonância com as ações da SRI/PR, e a realização da Conferência Nacional dos ODS em 2025.

- Financiar a implementação dos ODS, por meio de ações voltadas à ampliação da presença de políticas e projetos voltados ao alcance dos ODS nos orçamentos públicos, em todos níveis e esferas de governo, incluindo das empresas estatais; o fomento à criação e ao incremento das linhas de bancos de desenvolvimento públicos para projetos voltados à aceleração dos ODS; e o uso da cooperação internacional para apoiar as prioridades definidas pelo país.

2. Garantir a convergência das políticas de desenvolvimento econômico e industrial com os ODS: As políticas, planos, programas e ações públicas brasileiras demonstram uma grande convergência com os objetivos e metas da Agenda 2030, facilitando os esforços atuais de acelerar a implementação dos ODS em sua metade final. Esta convergência foi evidenciada pela apresentação das políticas atuais ao longo deste relatório, com destaque para a nova visão de futuro que trata a sustentabilidade como o novo fio condutor das ações econômicas brasileiras. Isto implica na continuação da implementação das diversas reformas estruturais, como: (i)

o novo arcabouço fiscal sustentável, que visa assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente, fiscal e socialmente responsável, (ii) a reforma tributária que visa assegurar um regime fiscal e tributário com credibilidade, previsibilidade e sustentabilidade, que promova maior justiça social e ampliação de investimentos; (iii) as ações estruturantes de infra-estrutura, social e produtiva, e de fomento à indústria presentes no PAC e na Nova Indústria Brasil, que busca promover a industrialização em novas bases tecnológicas e a descarbonização da economia, e (iv) o Plano de Transformação Ecológica que tem como objetivo alcançar uma transição socioecológica justa.

3. Fortalecer a centralidade de “não deixar ninguém para trás” nas políticas públicas:

O Brasil tem fortalecido seu sistema de políticas sociais alinhado ao princípio fundador da Agenda 2030 de “não deixar ninguém para trás”, enfatizando perspectivas interseccionais e territoriais, como: (i) erradicação da pobreza, promoção da segurança alimentar e nutricional, e combate às desigualdades, notadamente o *Programa Bolsa Família*; (ii) garantia da saúde e do bem-estar, por meio de ações de fortalecimento e aprimoramento do Sistema Único de Saúde (SUS), com vistas ao acesso da população à saúde pública de qualidade; (iii) acesso e a qualidade do sistema educacional, em parceria com Estados e Municípios (iv) promoção dos direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões, como as mulheres, os povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, combate ao racismo e promoção da igualdade racial e de gênero de modo estruturante e transversal.

4. Implementar a renovação do compromisso ambiental:

O compromisso ambiental do Brasil é renovado a partir do reforço das medidas de combate ao desmatamento, o avanço em iniciativas de economia verde, a promoção de energias renováveis e práticas de produção sustentável, e fortalecimento das instituições e legislações ambientais para garantir a proteção efetiva dos ecossistemas e a participação da sociedade na tomada de decisões ambientais. Entre as ações voltadas ao meio ambiente, destacam-se: (i) a diminuição do desmatamento dos biomas brasileiros, em particular da Amazônia, (ii) o combate às mudanças climáticas, seja por ações de adaptação, ampliando as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres, como de mitigação; (iii) a conservação e uso sustentável dos oceanos; (iv) a transversalidade da temática ambiental no PPA 2024-2027, presente em 50 dos 88 programas do PPA, abrangendo 113 objetivos específicos, 372 entregas e 150 medidas institucionais e normativas, sob a responsabilidade de 25 órgãos do Governo Federal, refletindo a urgência e a complexidade dos problemas ambientais e climáticos.

5. Potencializar a atuação do Brasil no ambiente internacional para a viabilização do desenvolvimento sustentável e das parcerias globais:

O Brasil tem demonstrado uma expansão significativa e estratégica de sua presença no cenário internacional desde 2023. O governo preza por uma abordagem proativa em fóruns globais, onde o Brasil tem defendido agendas prioritárias que incluem o combate à fome, à pobreza e às desigualdades, além de enfatizar as três dimensões do desenvolvimento sustentável e a transição energética. A atuação estratégica do Brasil visa promover uma governança global mais justa e sustentável, alinhada com os ODS e as necessidades específicas dos

países em desenvolvimento. Pretende-se manter uma postura ativa e política externa brasileira, representada: (i) na escolha dos temas prioritários da presidência do Brasil no G20, combate à fome, à pobreza e às desigualdades; as três dimensões do desenvolvimento sustentável e a transição energética; e a reforma da governança global; (ii) na presidência do BRICS+, em 2025; (iii) na presidência da COP 30 que será realizada em Belém do Pará, também em 2025; (iv) na própria decisão de apresentar o presente RNV e o compromisso de apresentar novo relatório em 2026. Há ainda iniciativas como os Diálogos Amazônicos, a Cúpula Social do Mercosul e o G20 Social demonstram o esforço contínuo do Brasil em fomentar uma participação social mais ampla, em discussões que transcendem fronteiras nacionais.

6. Protagonismo na construção da agenda pós-2030:

Considerando o engajamento do Brasil na Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024), Década dos Oceanos (2021-2030), no Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, na aceleração da implementação dos ODS e no engajamento na Cúpula do Futuro, vale destacar os próximos passos rumo à construção de uma Agenda pós-2030. Estes envolvem os esforços integrados na aceleração da realização das metas pactuadas; a organização do debate político, conceitual e operacional, junto a Comissão Nacional para os ODS; a priorização no enfrentamento ao racismo, no combate às múltiplas desigualdades sobrepostas, as ameaças à Amazônia e a emergência climática, em paralelo com a promoção da decência e dignidade nas relações trabalhistas; e a condução de uma política externa ativa, preparando assim o país para a conclusão da Agenda 2030 e alavancando nosso protagonismo nas negociações e implementação de uma agenda pós-2030.



CAMINHO PARA O RNV 2024

